



Nota informativa

Leis sobre mudanças climáticas no mundo

Surgimento e exemplos atuais

Preparado por:



G L O B E

The Global Legislators Organisation

Junho de 2025

A GLOBE Legislators foi fundada em 1991, antes da Cúpula da Terra do Rio (1992), para fornecer uma plataforma para que os parlamentares do mundo se envolvessem no processo da Cúpula. Formalmente conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), a Cúpula da Terra do Rio se tornaria o evento mais significativo da história ambiental, marcando o início da era do desenvolvimento sustentável.

Fundada pelos principais parlamentares do mundo, incluindo Al Gore e John Kerry, a GLOBE foi a primeira organização parlamentar desse tipo e agora atua como ponto focal da UNFCCC para o Grupo Parlamentar.¹ Desde a Cúpula da Terra do Rio, os legisladores da GLOBE têm desempenhado um papel central na criação da arquitetura global de leis sobre mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável.

Estudo da GLOBE sobre Legislação Climática

Em 2010, os legisladores da GLOBE começaram a contabilizar o número de leis climáticas aprovadas, muitas vezes pelos próprios membros da GLOBE, em todo o mundo. Isso se tornou um estudo anual chamado [Estudo da Legislação Climática da GLOBE](#), produzido em parceria com o Instituto Grantham de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas e Meio Ambiente da London School of Economics.

O [Estudo sobre Legislação Climática Global de 2015](#), preparado antes da Cúpula do Clima de Paris, COP21, foi um relatório histórico que refletiu o trabalho que os legisladores realizaram em todo o mundo para construir uma arquitetura de resposta legal ao desafio climático. Ele se baseou em edições anteriores e capturou o trabalho dos legisladores para criar estruturas legais que pudessem desencadear investimentos capazes de reduzir as emissões e diminuir os custos. O estudo permitiu uma comparação entre países, para que os governos pudessem ser responsabilizados por sua resposta aos riscos climáticos. O relatório reconheceu a importância de 2015 e a necessidade de criar impulso antes das negociações climáticas da UNFCCC em Paris, em dezembro, quando um acordo global juridicamente vinculativo deveria ser firmado.

¹ No sistema da ONU, os parlamentares ainda são considerados atores não estatais e recebem o mesmo status das ONGs. Essa é uma classificação que a GLOBE defende que deve ser alterada, com a criação de um novo grupo de parlamentares para reconhecer o papel vital dos parlamentares na elaboração de leis, no escrutínio, nos recursos orçamentários e na garantia de um mandato público para a ação climática.

Principais conclusões da edição de 2015:

- Coletivamente, os países abrangidos pelo estudo de 2015 são responsáveis por **93% das emissões globais de gases de efeito estufa** e incluem 46 das 50 nações que mais emitem gases de efeito estufa no mundo. Os países pesquisados incluem 33 países desenvolvidos e 66 países em desenvolvimento. Uma conclusão importante do estudo é que 75% dessas emissões agora são cobertas por metas nacionais.
- Havia **804 leis** e políticas **climáticas** no final de 2014, **em comparação com 426 em 2009**, na época da conferência climática de Copenhague. Em 1997, quando o Protocolo de Kyoto foi acordado, havia apenas 54 leis e políticas climáticas – uma duplicação a cada cinco anos.
- Quarenta e sete países, incluindo os 28 Estados-Membros da UE, introduziram **a fixação de preços do carbono** através de um imposto sobre o carbono ou de um sistema de comércio de licenças de emissão.
- Setenta e cinco países, além da UE, têm agora quadros para limitar as emissões de gases com efeito de estufa e 64 países têm quadros para se adaptarem aos impactos das alterações climáticas. No entanto, **apenas 37 países concluíram uma avaliação nacional completa dos riscos das alterações climáticas**.
- 53 países, incluindo os 28 Estados-Membros da União Europeia, têm **metas nacionais** que estabelecem limites absolutos ou relativos para as emissões anuais de gases de efeito estufa em suas economias.
- Houve **reversões legislativas na Austrália e na Espanha em 2014**, com a revogação do imposto sobre o carbono e do Pacote de Energia Limpa na primeira e a revisão para baixo dos subsídios para energia renovável na segunda.
- Por outro lado, a Finlândia e a Dinamarca juntaram-se ao **pequeno mas crescente clube de países**, como o Reino Unido e o México, que adotaram reduções de emissões ambiciosas e juridicamente vinculativas, com metas científicas a longo prazo até 2050.

Para que haja um resultado bem-sucedido em Paris em 2015, agora é extremamente urgente **fortalecer os compromissos** e que os países que ainda não aprovaram leis e/ou regulamentações sobre mudanças climáticas o façam.

O Estudo Global sobre Leis Climáticas de 2015 constatou que:

*“Desde Copenhague em 2009, as leis e políticas climáticas dobraram de 426 para 804 em 2014. Isso mostra um sólido impulso na arquitetura legislativa global emergente sobre mudanças climáticas. A cobertura está se ampliando e não há como voltar atrás. Essa é uma mensagem importante que podemos comunicar com confiança às empresas, aos investidores e àqueles que buscam certeza. Ela também fornece uma boa base para a COP21 em Paris, mas o nível de ambição precisa ser elevado para fechar a lacuna de emissões, conforme exigido pela ciência. **As revisões parlamentares nacionais das INDCs** defendidas pela GLOBE International são uma forma de garantir isso.”*

Para os legisladores, Paris não é o ponto final, mas o começo. Em 2016, quando o acordo de Paris for apresentado aos parlamentos, os legisladores determinarão se ele é adequado ao objetivo. Como convém ao nosso papel, devemos servir como a forma mais eficaz de monitoramento, relatório e verificação (MRV) nacional, não apenas do novo regime climático internacional, mas também das novas estruturas que surgirão da agenda geral de 2015.

Desde 2015, os Estudos de Legislação Climática da GLOBE têm sede no Instituto Grantham de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas e Meio Ambiente da London School of Economics e se desenvolveram ainda mais como o **banco de dados Leis de Mudanças Climáticas do Mundo**.

Leis sobre Mudanças Climáticas do Mundo

O Acordo de Paris de 2015 resultou em um aumento extraordinário na elaboração de leis, e o diretório Leis sobre Mudanças Climáticas no Mundo estima que existam atualmente mais de 5.000 leis e políticas sobre mudanças climáticas em todo o mundo. Isso representaria um aumento de 100 vezes desde que a GLOBE estimou pela primeira vez que havia aproximadamente 54 leis e políticas desse tipo na COP3 em Kyoto, em 1997.

NDCs e leis-quadro sobre o clima

Na COP21 em Paris, a GLOBE defendeu o envolvimento dos parlamentares no processo de elaboração das INDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas) ou planos climáticos nacionais em resposta ao Acordo de Paris. A GLOBE também pediu revisões parlamentares anuais e es das INDCs para garantir que elas fossem robustas e ancoradas nas leis climáticas nacionais.

A GLOBE continuou a defender o envolvimento parlamentar, incluindo em seu papel como Ponto Focal da UNFCCC para o Grupo Parlamentar desde a COP26 em 2021.

Na [COP29, a GLOBE lançou uma Declaração Conjunta com a Client Earth e a WWF International](#) apelando a NDCs robustas e ancoradas na legislação climática nacional, e realizou um webinar sobre este tema no Pavilhão Parlamentar da GLOBE na COP29.

Mais recentemente, a GLOBE organizou a primeira [Mesa Redonda sobre NDCs e Envolvimento Parlamentar com a Parceria NDC](#) e outros parceiros, antes da Conferência Global anual sobre NDCs em junho de 2025, em Berlim.

Para contextualizar esses esforços atuais, apresentamos aqui um guia de A a Z com uma dúzia de leis sobre mudanças climáticas de todo o mundo, selecionadas por sua abrangência.

Muitas são leis-quadro sobre mudanças climáticas, estratégicas e abrangentes em seu escopo, muitas vezes inspiradas na Lei sobre Mudanças Climáticas do Reino Unido de 2008, que tem sido o padrão ouro para a legislação climática.

Um guia de leis sobre mudanças climáticas de todo o mundo

1. AUSTRÁLIA

[Austrália 2024](#)

[Lei de Alteração das Leis do Tesouro \(Infraestrutura do Mercado Financeiro e Outras Medidas\) de 2024](#)

A Lei de Alteração das Leis do Tesouro (Infraestrutura do Mercado Financeiro e Outras Medidas) de 2024 altera a Lei das Sociedades de 2001 para introduzir um regime obrigatório de divulgação de informações relacionadas ao clima, que entrará em vigor na Austrália em 1º de janeiro de 2025. De acordo com essa lei, entidades específicas devem preparar relatórios anuais de sustentabilidade como parte de seus relatórios financeiros. Esses relatórios devem descrever os riscos e oportunidades relacionados ao clima.

2. BRASIL

[Brasil 2024](#)

[Lei Federal 15.042/2024 sobre o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa \(SBCE\)](#)

Esta lei estabelece o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Ela se aplica a atividades, fontes e instalações localizadas no território nacional que emitem ou podem emitir gases de efeito estufa (GEE), sob a responsabilidade de operadores, pessoas físicas ou jurídicas, com exceção da produção agrícola primária, bem como bens, benfeitorias e infraestrutura dentro de propriedades rurais diretamente associadas a ela, que não estão sujeitas às obrigações impostas pelo SBCE. As emissões indiretas decorrentes da produção de insumos agrícolas ou matérias-primas também não são consideradas.

3. CHILE

[Chile 2022](#)

[Lei-Quadro do Chile sobre Mudanças Climáticas](#)

O objetivo desta lei é enfrentar os desafios apresentados pelas mudanças climáticas, avançar em direção a um desenvolvimento de baixo carbono, até alcançar e manter a neutralidade de carbono até 2050. Também visa adaptar-se às mudanças climáticas, reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência aos efeitos

adversos das mudanças climáticas, e cumprir os compromissos internacionais assumidos pelo Chile.

4. EQUADOR

[Equador](#) 2024

[Lei Orgânica para promover a iniciativa privada na geração de energia, classificada como urgente em matéria econômica](#)

Esta lei estabelece um quadro para incentivar o investimento privado em fontes de energia renováveis e de transição, com o objetivo de enfrentar a crise energética do Equador e, ao mesmo tempo, promover o compromisso do país com o desenvolvimento sustentável. Ela promove a diversificação da matriz energética, a transição para tecnologias mais limpas e o aumento da eficiência energética nos setores público e privado. A lei visa priorizar soluções alinhadas com a proteção ambiental e os princípios do crescimento sustentável, conforme descrito na Constituição equatoriana.

5. UNIÃO EUROPEIA

[União Europeia](#) 2021

[A Lei Europeia do Clima](#) consagra na legislação a meta estabelecida no [Acordo Verde Europeu](#) para que a economia e a sociedade europeias se tornem [neutras em termos climáticos até 2050](#). A lei também estabelece a meta intermediária de reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990.

6. ALEMANHA

[Alemanha](#) 2025

[Lei Fundamental da República Federal da Alemanha](#)

A alteração para adicionar um novo artigo 143.º-H à Lei Fundamental, a Constituição da Alemanha, permite a criação de um fundo especial com autorização de crédito própria para investimentos adicionais em infraestruturas e para investimentos adicionais destinados a alcançar a neutralidade climática até 2045, com um volume de até 500 mil milhões de euros. A emenda também reserva € 100 bilhões desse fundo especial para projetos climáticos com o objetivo de reduzir as emissões a zero líquido, uma meta já estabelecida na Lei de Ação

Climática da Alemanha. Outros € 100 bilhões do fundo especial serão disponibilizados aos estados para investimentos em sua infraestrutura.

7. QUÊNIA

[Quênia](#) 2016

[Lei de Mudanças Climáticas](#)

O Quênia aprovou sua Lei de Mudanças Climáticas em 2016. Essa lei foi posteriormente alterada em setembro de 2023 para, entre outras alterações, fornecer uma estrutura legal para a regulamentação dos mercados de carbono. O Conselho de Mudanças Climáticas é encarregado de fornecer orientação e direção política sobre os mercados de carbono aos governos nacionais e municipais. A alteração de 2023 impõe aos proponentes de projetos de comércio de carbono a obrigação de especificar os benefícios ambientais, econômicos e sociais previstos do projeto. Todos os projetos devem ser implementados por meio de um acordo de desenvolvimento comunitário, registrado no Registro Nacional de Carbono.

7. ÁFRICA DO SUL

[África do Sul](#) 2024

[Lei sobre Mudanças Climáticas, 2024](#)

Esta lei estabelece a direção estratégica da política nacional de mudanças climáticas na África do Sul e estabelece os principais arranjos institucionais para a governança climática em nível nacional. Os considerandos enfatizam que a resposta às mudanças climáticas levanta desafios únicos para uma governança eficaz e requer uma resposta jurídica e administrativa coordenada, cooperativa e impulsionada nacionalmente.

8. UGANDA

[Uganda](#) 2021

A Lei Nacional sobre Mudanças Climáticas rege a resposta nacional de Uganda às mudanças climáticas. Um dos objetivos declarados da lei é dar efeito à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, ao Protocolo de Kyoto e ao Acordo de Paris, e a Seção 4 confere a esses acordos força de lei em Uganda. A lei determina a criação de uma Estratégia-Quadro sobre Mudanças Climáticas, bem como um Plano de Ação Nacional sobre o Clima e Planos de Ação Distritais sobre

o Clima. Ela também contém uma série de disposições que estabelecem uma estrutura de transparência e um sistema de MRV.

9. REINO UNIDO

[A Lei sobre as Alterações Climáticas de 2008](#) é uma lei do Reino Unido que estabelece um quadro para o país combater as alterações climáticas. Obriga legalmente o Reino Unido a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e a adaptar-se aos efeitos das alterações climáticas, com o objetivo final de alcançar emissões líquidas nulas até 2050. A lei estabelece também um sistema de orçamentação do carbono e um organismo independente, o [Comité para as Alterações Climáticas](#), para aconselhar o governo sobre a política climática.

10. ESTADOS UNIDOS

Lei de Redução da Inflação (IRA)

[A Lei de Redução da Inflação \(IRA\) do presidente de 2022](#) representa o maior investimento em clima e energia da história dos Estados Unidos, permitindo que o país enfrente a crise climática, promova [a justiça](#) ambiental, garanta sua posição como líder mundial na produção doméstica de energia limpa e coloque os Estados Unidos no [caminho](#) para alcançar as metas climáticas do governo Biden-Harris, incluindo uma economia com emissões líquidas zero até 2050.

9. ZÂMBIA

[Lei da Economia Verde e das Alterações Climáticas de 2024](#)

Esta lei prevê a adaptação às mudanças climáticas e a redução do risco de desastres; prevê a mitigação das mudanças climáticas, o desenvolvimento de baixas emissões, a economia verde e ações relacionadas; regula os mercados de carbono; prevê salvaguardas ambientais e sociais nas ações relacionadas às mudanças climáticas; e estabelece o Fundo para as Mudanças Climáticas.



GLOBE (Organização Global de Legisladores para um Ambiente Equilibrado) Secretariado internacional

45714"Cx0f gu"Xqrpvc ktgu."D/3372"Dwzgru."Dtn lec

26670; 507730TRO"/^Vtdwpc rlf g"Dwzgru"/^DG34"28: ; "24; 4"35; 4
yyy 0 rpdgrgi kurevqtu0ti ""B I NQDGalpvn